

CONTRATO DIPRE/ 92.2016

**CONTRATO QUE CELEBRAM A
COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO
PAULO - CODESP E A COMPANHIA
BRASILEIRA DE CARTUCHOS.**

Por este instrumento que entre si celebram, de um lado, a COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP, a seguir denominada apenas "CODESP", inscrita no CNPJ/MF sob nº 44.837.524/0001-07, com sede nesta cidade, na Av. Conselheiro Rodrigues Alves, Portão nº 23, bairro Macuco, CEP. 11015-900, neste ato, representada por seu seu Diretor-Presidente, Sr. José Alex Botêlho de Oliva, e, de outro lado, a COMPANHIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS, adiante designada simplesmente "CONTRATADA", inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.494.031/0010-54, com sede na cidade de Montenegro/RS, na Av. Buarque de Macedo, 3133, Bairro Faxinal, CEP. 95780-000, representada neste ato, por seu Gerente de Negócios Institucionais, Sr. João Carlos Sanchez de Oliveira Junior, firmam o presente Contrato, consoante deliberação da Diretoria-Executiva da CODESP, em sua 1760ª Reunião (ordinária), realizada em 27/04/2016, tendo por fundamento as disposições contidas no art. 25, inciso I, da Lei nº 8.666/93, respeitadas, no que couber, as suas alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

PRIMEIRA – OBJETO

A CONTRATADA ficará obrigada a prestar, para a CODESP, o fornecimento de cartuchos de munição para Superintendência da Guarda Portuária, de conformidade com sua proposta registrada sob nº COT-0005.1/16, datada de 23/08/2016, a qual,

para todos os efeitos, passa a integrar o presente Contrato.

SEGUNDA – PRAZO DE ENTREGA

Até 60 (sessenta) dias, contados da data da Autorização do Exército e do presente Contrato, devidamente assinado, pelas partes, devendo prevalecer a contagem do prazo de entrega, a partir do último documento recebido pela Contratada.

Parágrafo Único

Os cartuchos de munição, objeto deste Contrato, deverão ser entregues pela CONTRATADA, no Almoxarifado da CODESP, no período das 8h00 às 11h00 e das 14h00 às 17h00, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, sob o acompanhamento da Gerência de Operação de Segurança – GEOPS.

TERCEIRA – VALOR

O valor global para o fornecimento de cartuchos de munição, objeto deste Contrato, é de **R\$ 73.872,00 (setenta e três mil e oitocentos e setenta e dois reais)**, conforme proposta da CONTRATADA, no qual já se acham incluídos todos os ônus fiscais e sociais que, direta ou indiretamente, decorrerem do cumprimento do presente Contrato, bem como todos os encargos previstos na Lei nº 8.666/93.

QUARTA – PAGAMENTO

O pagamento dos cartuchos de munição fornecidos, será efetuado no prazo de 20 (vinte) dias corridos contados da apresentação, pela Contratada da respectiva fatura/nota fiscal, após a conferência e o aceite desses materiais pela CODESP, e ainda, a apresentação da devida Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, em

cumprimento as disposições constantes nos artigos 27, IV, 29 V, e 55 XIII, da Lei nº 8.666, de 1993, sendo que a responsabilidade exclusiva dos recolhimentos de FGTS e contribuições ao INSS é da Contratada.

Parágrafo Primeiro

A CODESP reterá os encargos a que se refere o disposto no Art. 34 da Lei Federal nº 10833/2003, de 29/12/2003 (Instrução Normativa SRF nº 1.234/12, de 11/01/2012), e quando for o caso, os encargos a que se refere o disposto no Art. 31 da Lei Federal nº 8.212/1991, com a nova redação dada pela Lei Federal nº 9.711/1998.

Parágrafo Segundo

Incidirá atualização financeira sobre o valor da fatura, entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento, pela variação "pro rata die" do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo Terceiro

O fornecimento, objeto deste Contrato, está sujeito à retenção de impostos conforme legislação vigente no mês do fornecimento dos bens.

Parágrafo Quarto

As notas fiscais/faturas deverão ser emitidas pela própria CONTRATADA, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ/MF, acompanhada dos seguintes documentos:

- a) lista de seus trabalhadores que executaram os serviços contratados no mês em referência;
- b) cópia autenticada das últimas guias de recolhimento, já exigíveis, do FGTS (quando for o caso), bem como das previdenciárias, com os nomes dos trabalhadores constantes na lista supra referida; e
- c) comprovante de pagamento do salário/remuneração de seus trabalhadores constantes na lista supra referida.

QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos orçamentários necessários a presente contratação estão previstos no Programa de Dispendios Globais – PDG, da CODESP.

SEXTA – PENALIDADES

Na vigência deste Contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em lei, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades:

- a) advertência por escrito;
- b) multa de **0,5%** (meio por cento) do valor global deste Contrato, por dia de atraso no início e/ou no fornecimento do material, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, devidamente justificado pela CONTRATADA e aceito pela CODESP;
- c) multa de até **2%** (dois por cento) do valor global do presente Contrato, pela infração ou não atendimento de quaisquer outros dispositivos ou exigências contratuais;

- d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos, pela inexecução total ou parcial do Contrato.

Parágrafo Primeiro

As multas serão aplicadas pelo Gestor deste Contrato, juntamente com a sua chefia imediata, e deverão ser depositadas na Tesouraria da CODESP, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da data da correspondente notificação.

Parágrafo Segundo

De qualquer multa imposta, a CONTRATADA poderá, dentro do prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da data do recolhimento correspondente, apresentar recurso ao Diretor-Presidente da CODESP.

Parágrafo Terceiro

A devolução das quantias recolhidas a título de multa, em caso de provimento do recurso, será efetuada após o decurso do prazo de vigência contratual, sem responsabilidade da CODESP por juros, correção monetária ou acréscimos de qualquer natureza.

Parágrafo Quarto

As penalidades aqui estabelecidas não excluem outras previstas neste Contrato ou em lei, nem a responsabilidade da CONTRATADA por perdas e danos que causar à CODESP e/ou a terceiros, em consequência de inadimplemento contratual.

SÉTIMA – RESCISÃO

O presente instrumento contratual poderá ser rescindido de pleno direito pela CODESP, a qualquer tempo, independentemente de ação, notificação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos e/ou na ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas em lei:

- a) se a CONTRATADA falir ou for liquidada judicial ou extrajudicialmente;
- b) se a CONTRATADA apresentar resultados insatisfatórios do ponto de vista técnico, a critério da CODESP;
- c) se a CONTRATADA, tendo sido multada, deixar de recolher o montante da multa, em atenção a o determinado na Cláusula SEXTA deste Contrato;
- d) se a CONTRATADA impedir ou dificultar a ação da Fiscalização;
- e) se houver morosidade inexplicável na entrega dos materiais, objeto deste contrato, sem causa devidamente justificada e aceita pela CODESP, e
- f) se a CONTRATADA deixar de cumprir quaisquer das cláusulas, condições ou exigências estabelecidas no presente Contrato.

Parágrafo Primeiro

No caso deste Contrato vir a ser rescindido por culpa da CONTRATADA, provocando danos à CODESP e/ou a terceiros, será promovida a responsabilidade da CONTRATADA, visando ao ressarcimento desses danos.

Parágrafo Segundo

Fica facultado à CODESP, em não optando pela rescisão, o direito de suspender a execução do Contrato e sustar o pagamento de faturas pendentes, até que a

CONTRATADA cumpra, integral e satisfatoriamente, a condição contratual infringida.

Parágrafo Terceiro

Não havendo culpa da CONTRATADA e se a CODESP julgar necessário rescindir o presente instrumento contratual, serão pagos os serviços porventura entregues e aceitos, com o que a CONTRATADA, reconhecendo os direitos da CODESP, concorda expressamente.

OITAVA – ACEITAÇÃO

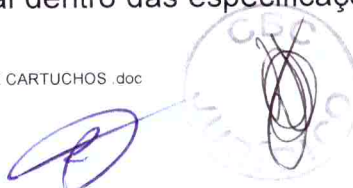
A Fiscalização aceitará provisoriamente os materiais encomendados, e definitivamente após vistoria e verificação do cumprimento de todas as exigências contidas no presente Contrato.

Parágrafo Primeiro

A CONTRATADA responderá pela qualidade do material fornecido, substituindo-o, sem ônus para a CODESP, se não corresponderem rigorosamente às especificações contidas na Cláusula primeira deste Contrato, respondendo, ainda, pela reposição ou substituição da(s) unidade(s) defeituosa(s) e arcando com o ônus devido.

Parágrafo Segundo

O material, se porventura, estiver em desacordo com as especificações, será devolvido à CONTRATADA, cabendo a esta providenciar, num prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a substituição do material dentro das especificações, sendo de



sua inteira responsabilidade todas as despesas oriundas do processo de devolução e substituição do material.

NONA – GARANTIA

A CONTRATADA garantirá a conformidade e adequado funcionamento das munições apresentadas por um período de 12 (doze) meses a partir da data do recebimento dos materiais pela CODESP, contanto que as munições sejam armazenadas de acordo com as condições de temperatura e umidade relativa estipuladas pelo fabricante e mantidas nas embalagens originais da Contratada.

Parágrafo Único

Havendo necessidade de troca de cartuchos de munição, por algum defeito constatado na unidade em garantia, e caso haja demora para tal atendimento, seu prazo de garantia será interrompido até que o problema existente seja sanado, reiniciando-se a partir desse momento.

DÉCIMA – PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente Contrato terá vigência de 6 (seis) meses, a contar da data de sua assinatura.

DÉCIMA PRIMEIRA – GESTÃO DO CONTRATO

A gestão administrativa do presente Contrato ficará a cargo da Superintendência da Guarda Portuária - SUPGP, através de sua Gerência de Operação de Segurança – GEOPS, da CODESP.

DÉCIMA SEGUNDA – FISCALIZAÇÃO

Para fiscalizar o cumprimento e o fiel atendimento às presentes disposições contratuais, a CODESP, através do Gestor deste Contrato, designará representantes – doravante denominados simplesmente Fiscalização –, que verificará o atendimento às exigências contidas Cláusula Primeira do presente Contrato.

Parágrafo Único

A Fiscalização poderá solicitar a substituição de quaisquer materiais e/ou equipamentos que não atendam rigorosamente às especificações contidas na Cláusula primeira deste Contrato, e demais requisitos previstos para tal fornecimento, sendo que qualquer falha importará na notificação da CONTRATADA para que regularize a situação, sob pena de, não o fazendo, ser declarada inidônea, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

DÉCIMA TERCEIRA – CASOS OMISSOS

Os casos omissos no presente Contrato serão resolvidos pela CODESP, ouvida a Contratada, tendo por base a Lei nº 8.666/93, respeitadas, no que couberem as suas alterações, e em preceitos de direito privado em caso de insuficiência dessa Lei.

DÉCIMA QUARTA – FORO

O foro competente para ajuizar qualquer questão oriunda deste instrumento

contratual é o de Santos, Estado de São Paulo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, CODESP e CONTRATADA assinam o presente em 2 (duas) vias de igual teor, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Santos, 19 de setembro de 2016.



José Alex Botelho de Oliva
Diretor-Presidente
COMPANHIA DOCAS DO ESTADO
DE SÃO PAULO – CODESP



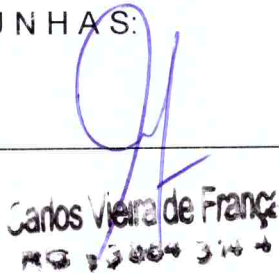
João Carlos Sanchez de Oliveira Junior
Gerente de Negócios Institucionais
COMPANHIA BRASILEIRA DE
CARTUCHOS

TESTEMUNHAS:

1)

Nome:

RG.:



Carlos Vieira de França
RG 33.004.314-4

2)

Nome:

RG.:



Marcos Castro Alves
RG 25.745.640-5

Anexo:

DIEX nº 4511-SecAnlComNac/DivAnlAutz/GabSubdir

EB: 0001019.00009275/2016-18

